



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA ECOLÓGICA

LARA JATAÍ BRANDÃO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A UTOPIA DO CAPITALISMO VERDE

FORTALEZA

2022

LARA JATAÍ BRANDÃO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A UTOPIA DO CAPITALISMO VERDE

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Economia Ecológica do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Economia Ecológica.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Maia Sobral.

Coorientador: Prof. Dr. Aécio Alves de Oliveira.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B818d Brandão, Lara Jatai.
Desenvolvimento sustentável e a utopia do capitalismo verde / Lara Jatai Brandão. –
2022.
50 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro
de Ciências Agrárias, Curso de Economia Ecológica, Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Fabio Maia Sobral.

Coorientação: Prof. Dr. Aécio Alves de Oliveira.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Capitalismo. 3. Sustentabilidade. I. Título.

CDD 577

LARA JATAÍ BRANDÃO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A UTOPIA DO CAPITALISMO VERDE

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Economia Ecológica do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Economia Ecológica.

Aprovada em: 01/12/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabio Maia Sobral (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Aécio Alves de Oliveira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dr. Maria Inês Escobar da Costa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dr. Aiala Vieira Amorim
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A todos os meus camaradas que
perseguem o ideal de um mundo
verdadeiramente justo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Conceição e Ronaldo, por me acompanharem e apoiarem durante toda a minha vida e trajetória acadêmica. O suporte á mim por eles proporcionado foi essencial para que eu chegasse até aqui.

Ao Travesso, meu amado cachorro, pela motivação e alegria nos momentos difíceis. Seu carinho e companheirismo me deram forças para continuar.

Ao meu orientador, Prof. Fabio Maia Sobral e coorientador Prof. Aécio Alves de Oliveira. Suas aulas foram fundamentais para despertar em mim o interesse pela Economia Ecológica, contribuindo em minha formação acadêmica e pessoal.

Ao meu grande amigo Nilceu. Para além da amizade e suporte, me proporcionou conhecimento e reflexões durante conversas e discussões.

“Enterprisin' wise men look to the horizon
Thinkin more capitalism is the wisdom.”

(3030 - Deltron 3030)

RESUMO

Considerando a ampla aceitação e penetração do desenvolvimento sustentável na agenda política global, objetiva-se com o presente trabalho analisar a apropriação do conceito de desenvolvimento sustentável pela lógica capitalista, partindo do pressuposto da impossibilidade da existência de sustentabilidade no interior do sistema capitalista. Neste sentido, é abordado no trabalho o contexto da elaboração do conceito, explorando questões como as diferentes concepções acerca da natureza, o surgimento e institucionalização da consciência ambiental e o advento do Relatório de Brundtland com o que hoje se demonstra como a principal referência no que se refere ao desenvolvimento sustentável. Além disso, é realizada uma análise acerca da dominação capitalista e suas implicações ecológicas e sociais. Finalmente, é feita uma apreciação acerca das contradições existentes na conceituação e prática do desenvolvimento sustentável. O presente trabalho é de caráter qualitativo e utiliza a revisão bibliográfica como principal técnica para o levantamento e análise das informações necessárias para a realização da análise proposta pelo tema. Deste modo, através da metodologia empregada, constatou-se a hipótese inicialmente levantada da impraticabilidade de um capitalismo sustentável, em que ainda se analisou como este primeiro apropria-se do ideal do desenvolvimento sustentável tendo em vista sua reprodução.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; capitalismo; sustentabilidade.

ABSTRACT

Considering the wide acceptance and penetration of sustainable development in the global political agenda, the objective of this work is to analyze the appropriation of the concept of sustainable development by the capitalist logic, starting from the assumption of the impossibility of the existence of sustainability within the capitalist system. In this sense, the work addresses the context of the elaboration of the concept, exploring issues such as the different conceptions about nature, the emergence and institutionalization of environmental awareness and the advent of the Brundtland Report with what today is shown to be the main reference in what refers to sustainable development. In addition, an analysis of capitalist domination and its ecological and social implications is carried out. Finally, an assessment is made of the existing contradictions in the conceptualization and practice of sustainable development. The present work is of a qualitative nature and uses the bibliographical revision as the main technique for the survey and analysis of the necessary information for the accomplishment of the analysis proposed by the theme. Thus, through the methodology employed, the hypothesis initially raised of the impracticability of a sustainable capitalism was verified, in which it was also analyzed how this first one appropriates the ideal of sustainable development with a view to its reproduction.

Keywords: sustainable development; capitalism; sustainability.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DO ADVENTO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	12
2.1 As distintas concepções acerca da natureza	12
2.2 Uma breve contextualização	14
2.3 O ecodesenvolvimento	15
2.4 O desenvolvimento sustentável.....	18
3 A DOMINAÇÃO CAPITALISTA E SUAS IMPLICAÇÕES NOS MEIOS SOCIAL E ECOLÓGICO	21
3.1 Perspectiva acerca da dominação capitalista	21
3.2 A separação do homem da natureza	24
3.3 A relação entre natureza e capitalismo	26
3.4 Ciência e técnica á serviço do capitalismo	28
3.5 A crise ecológica.....	29
4 AS CONTRADIÇÕES INERENTES AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS PREMISSAS	34
4.1 Desenvolvimento, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável..	34
4.2 O desenvolvimento sustentável interior ao capitalismo.....	38
5 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

A década de 1970 foi marcada pela penetração e institucionalização da questão ambiental na política internacional. É neste contexto que surge o conceito de desenvolvimento sustentável, que tem sido amplamente divulgado e discutido desde a publicação do documento intitulado Relatório de Brundtland, no ano de 1987. Desde então, a ideia adquiriu grande aceitação, tendo em vista sua premissa de garantir o atendimento das necessidades da geração atual sem comprometer as gerações futuras. Entretanto, a natureza destas necessidades deve ser ponderada, uma vez que em uma sociedade pautada na lógica capitalista, estas estão inevitavelmente atreladas a um padrão de consumo insustentável.

Diante de uma lógica cujo principal objetivo é a obtenção de lucros, em que os principais favorecidos são grupos restritos da sociedade, as práticas voltadas para a efetivação do desenvolvimento sustentável vêm sendo apresentadas mais como uma tentativa de obscurecimento dos malefícios sociais e ambientais proporcionados pelo capitalismo, do que um fator concreto de mudanças. Neste sentido, é notável que o conceito de desenvolvimento sustentável é incorretamente empregado ao longo dos anos, desde a sua concepção e afirmação. As práticas e noções capitalistas estão profundamente enraizadas na dinâmica social, inviabilizando a ocorrência de mudanças mais intensas em busca da real sustentabilidade.

Antes de inserir a ideia de sustentabilidade no modelo capitalista é preciso compreender a oposição existente entre as duas lógicas. Por um lado, o termo sustentabilidade pressupõe a manutenção de um determinado processo ou estado, neste caso a manutenção da situação de hígidez da natureza e da humanidade, utilizando seus recursos de forma moderada e ponderada. Em oposição, o modelo capitalista preza pela constante obtenção de lucros proporcionado pelo crescimento econômico, dispensando preocupações com o bem-estar social e ambiental e, muitas vezes apoiando-se no avanço tecnológico para remediar os problemas causados pela sua lógica exploratória.

Herman Daly (2004) explica que crescimento sustentável é inviável. A partir da afirmação realizada pelo citado autor, nota-se a impossibilidade de atrelar sustentabilidade com crescimento, bem como uma constante confusão com os

termos desenvolvimento e crescimento. Ainda segundo Daly, na atualidade é comum o emprego do conceito de desenvolvimento sustentável como sinônimo de crescimento sustentável, reforçando a concepção de uma tentativa de adequação da sustentabilidade a lógica capitalista, desde que esta não impeça seu funcionamento e continuidade.

Diante do exposto, objetivou-se com o presente trabalho analisar a apropriação do conceito de desenvolvimento sustentável pela lógica capitalista, partindo do pressuposto da impossibilidade da existência de sustentabilidade no âmbito do capital. A ausência de questionamentos palpáveis acerca das contradições do desenvolvimento sustentável colabora para a continuidade da inserção do conceito na lógica capitalista, proporcionando a aceitação da ideia da possibilidade de sustentabilidade e manutenção dos padrões de consumo, trabalho e exploração dos recursos naturais atuais.

Nesta perspectiva, as noções analisadas neste trabalho buscam esclarecer a impossibilidade da coexistência dos conceitos anteriormente citados através de análises qualitativas, investigando as particularidades do problema proposto. A principal técnica utilizada para o levantamento e análise dos dados foi a revisão bibliográfica, sendo os conceitos originados de fontes secundárias. Foram utilizados livros, artigos e teses de diversas áreas capazes de contribuir para o enriquecimento da análise proposta por esta pesquisa. As informações contidas neste estudo foram extraídas dos materiais anteriormente citados, através da descrição, comparação e ponderação proporcionadas pela leitura.

Os métodos empregados pela pesquisa buscam caracterizar e analisar as lógicas em destaque: desenvolvimento sustentável e capitalismo. O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos após a introdução. No primeiro capítulo é realizada uma breve contextualização histórica, abordando temas como a significação da natureza até o advento do desenvolvimento sustentável. Enquanto o segundo apresenta uma perspectiva acerca da dominação capitalista e suas implicações no meio social e ecológico. Finalmente, o terceiro capítulo disserta sobre as contradições inerentes ao conceito de desenvolvimento sustentável.

2 DO ADVENTO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Objetiva-se no presente capítulo elucidar o contexto e as definições acerca do desenvolvimento sustentável, perpassando pelas diferentes visões acerca da natureza e sua relação com a vida e atividades humanas á uma breve contextualização do momento histórico do surgimento do termo. Além disso, será realizada uma descrição do ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, e como estes se relacionam.

2.1 As distintas concepções acerca da natureza

Em uma definição literal, natureza pode ser entendida como “conjunto das leis que regem a existência das coisas e a sucessão dos seres” (NATUREZA, 2021). Entretanto, a relação estabelecida entre o meio natural e a espécie humana colabora para o surgimento de diferentes percepções no que se refere à definição do termo natureza.

A concepção acerca da natureza sofreu distintas modificações ao longo da história. As diferentes transformações vivenciadas pela espécie humana e a existência de diferentes civilizações foram responsáveis pela pluralidade no que se refere à relação homem e natureza. Neste sentido, a primeira visão acerca da natureza revela-se inclusiva, tendo em vista a inserção do homem no meio natural, com o qual estabelece uma intensa relação (MONTIBELLER FILHO, 1999).

Há ainda a concepção baseada no campo de estudo da Teologia, a qual Montibeller Filho (1999) denomina concepção teológica da natureza. Neste sentido, a natureza passa a ser vista como um meio independente, cuja finalidade é atender às necessidades antrópicas. Acerca da concepção teológica, Montibeller Filho explica:

Considerada obra divina, seria inconcebível que a ação do homem pudesse prejudicar a natureza, ele não poderia produzir danos irreparáveis na obra de Deus. A natureza, nestas visões, é vista, portanto, como exterior – no sentido de ser uma realidade não humana – sendo pura, e dada por Deus. Existe por si mesma, independente da atividade humana (MONTIBELLER FILHO, 1999, p.15).

Neste momento, cabe ressaltar que as diferentes concepções acerca da natureza são resultados de uma construção social e histórica. Neste sentido, cabe salientar o equívoco cometido ao separar o meio natural do social, uma vez que “não são realidades isoladas e por isso somente se pode conhecer a natureza na relação que com ela a sociedade mantém” (MONTIBELLER FILHO, 1999, p.16). Esta relação é explícita quando considerado o processo de dominação da natureza pelo homem, em que o último é responsável pela modificação do vínculo buscando atender suas necessidades, sejam estas naturais ou socialmente determinadas.

A satisfação das necessidades humanas apresenta-se como um relevante fator de modificação da natureza, justificando a constante busca pela dominação desta. O desenvolvimento de novas técnicas capazes de aperfeiçoar a utilização dos recursos naturais configura-se como uma importante ferramenta para o alcance da dominação, minimizando a natureza a um objeto a ser manejado pelo homem e, portanto, favorecendo o surgimento de uma relação objeto e possuidor. Neste contexto, a elevação do domínio do homem sobre a natureza promove seu distanciamento desta.

De acordo com a abordagem de Marx (1985), a quebra da relação entre homem e natureza caracteriza-se como uma condição histórica do capital, uma vez que “o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural” (MARX, 1985, p.65). Em relação à concepção da natureza, Marx (2008) enuncia que o homem, assim como os animais, depende do meio natural para satisfazer suas necessidades físicas “na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc” (MARX, 2008, p.84). Ainda sobre a visão marxista acerca da natureza, observa-se que:

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 2008, p. 84).

Smith e O’Keefe (1980) enfatizam que para Marx a natureza e as atividades humanas estão em ininterrupta conexão, reforçando que “ele quis dizer isso tanto material quanto idealmente; toda a terra traz em sua superfície a marca da

atividade humana” (SMITH; O’KEEFE, 1980, p.32). Na sociedade capitalista, a dominação do homem sobre a natureza perpassa por um mecanismo que, embora explicitamente presente, é constantemente ignorado: a exploração de uma classe sobre outra (SMITH; O’KEEFE, 1980).

Diante do exposto anteriormente, é inegável que “a relação com a natureza está no centro da atividade humana desde que as pessoas dependem da natureza para o cumprimento de suas necessidades fundamentais” (SMITH; O’KEEFE, 1980, p.32). Entretanto, a intensa exploração dos recursos naturais promovida pela expansão do capitalismo foi substancial para a coisificação da natureza, bem como para a ruptura do reconhecimento da inserção do homem como parte integrante da natureza.

2.2 Uma breve contextualização

Os impactos negativos provenientes da intensa exploração dos recursos naturais, sobretudo na segunda metade do século XX, foram essenciais para a construção e consolidação do movimento ambientalista (MONTIBELLER FILHO, 1999).

A década dos anos 1960 marcou o início dos movimentos ligados à causa ambiental, em que as reivindicações partem de grupos e instituições não governamentais. Entretanto, apenas a partir de 1970 os movimentos voltados para a proteção da natureza foram reconhecidos pela sociedade, tendo em vista a sua institucionalização e penetração na esfera política. A Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, é um marco no tocante à difusão das questões ambientais.

Sobre a Conferência de Estocolmo, Sachs (1993) ressalta a divergência existente entre os países do Norte e do Sul. Apesar de reconhecer o papel desempenhado pela natureza no desenvolvimento, os países desenvolvidos demonstraram-se relutantes em abandonar suas práticas danosas, bem como insistiam em dividir a responsabilidade dos riscos ambientais com os países do Sul (SACHS, 1993). Já estes desprezavam completamente a pauta ambiental, mantendo o crescimento econômico como prioridade (SACHS, 1993).

A discordância entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como o abismo econômico existente entre eles, contrasta com os avanços

ocorridos entre as décadas de 1960 e 1980. Entretanto, Sachs (1993) aponta para a relevância da conscientização e participação sociais para o surgimento de órgãos governamentais, realização de conferências e assinaturas de tratados direcionados à causa ambiental, tendo em vista a pressão exercida por grupos civis organizados.

O reconhecimento da relação entre natureza e desenvolvimento culminou na realização de conferências e seminários, inclusive em nível global. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), marcou o fim da década de 1980 com a apresentação do Relatório de Brundtland. Posteriormente, no início dos anos 1990, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também dirigida pela ONU e realizada na cidade brasileira do Rio de Janeiro.

Entretanto, os avanços relacionados à questão ambiental e sua importância para a manutenção do desenvolvimento humano não foram suficientes. Sobre isso, Sachs (1993, p.35) afirma que “de Founex a Estocolmo, até o Relatório de Brundtland, a ênfase tem sido em mais crescimento econômico”, em detrimento das justiça social e ambiental. O autor ainda destaca a necessidade da construção de soluções verdadeiramente efetivas, que visem atuar na extinção das raízes do problema. Neste sentido, Sachs defende e elabora o conceito de ecodesenvolvimento.

2.3 O ecodesenvolvimento

A crítica ao modelo de desenvolvimento economicista e antropocêntrico configura-se como a base para o surgimento de conceitos alternativos capazes de compreender a realidade complexa e efêmera. Layrargues (1997) evidencia a influência do darwinismo social na concepção primária de desenvolvimento, em que a sociedade humana, assim como os ecossistemas, evoluiria gradualmente de um estágio inferior para um superior. Neste contexto, as distintas manifestações culturais existentes entre os países eram consideradas um estágio inferior de modernização, devendo ser substituídas pelo padrão de industrialização e consumo das nações desenvolvidas (LAYRARGUES, 1997).

O crescimento econômico, á exemplo do ocorrido nos Estados Unidos, passou a ser considerado como sinônimo de desenvolvimento e almejado pelos

países do Terceiro Mundo. O estilo de vida norte-americano com fortes evidências de antropocentrismo e economicismo reforçou o anseio pelo crescimento econômico como solução dos problemas enfrentados, principalmente pelos países em desenvolvimento. Neste sentido, Montibeller Filho (1999) descreve a fetichização do crescimento econômico como um falso meio de alcançar melhores condições sociais. Este cenário contribuiu para que o Terceiro Mundo buscasse desenvolver-se ao espelho dos países desenvolvidos, desconsiderando suas especificidades culturais e ambientais. Lançando uma crítica á esse modelo, Layrargues (1997, p.7) afirma que “um quarto de século de crescimento econômico não bastou para resolver os problemas sociais dos países ocidentais e muito menos para eliminar a miséria do Terceiro Mundo”.

Introduzido na década de 1970, o termo ecodesenvolvimento foi, primeiramente, utilizado pelo secretário-geral da Conferência de Estocolmo-72, Maurice Strong. Inicialmente, a ideia do ecodesenvolvimento era apresentar-se como uma alternativa ao modelo de crescimento mimético amplamente defendido, em que os países em desenvolvimento deveriam buscar uma trajetória semelhante á dos países desenvolvidos. Neste sentido, o ecodesenvolvimento intentava um modelo de desenvolvimento adaptado à realidade do Terceiro Mundo, sobretudo das áreas rurais, baseando-se na utilização prudente dos recursos naturais locais, sem comprometer a boa qualidade do meio ambiental (LAYRARGUES, 1997).

Posteriormente, na década de 1980, o termo ecodesenvolvimento foi apropriado pelo economista Ignacy Sachs, responsável por desenvolver o conceito e elaborar um quadro de estratégias baseadas no tripé eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica (LAYRARGUES, 1997). Além disso, o ecodesenvolvimento defende o estabelecimento das solidariedades síncrona e diacrônica (LAYRARGUES, 1997), buscando garantir o atendimento das necessidades futuras gerações sem se omitir ás da atual.

Em uma ação de sistematização, Sachs (1993) elaborou cinco dimensões de sustentabilidade, devendo estas ser simultaneamente consideradas na execução do ecodesenvolvimento:

- a) sustentabilidade social, que promove a construção de um novo conceito de sociedade, baseada na isonomia na distribuição de renda e dos bens, visando à justiça social (SACHS, 1993);

- b) sustentabilidade econômica, que deve ser ponderada pelo seu impacto macrossocial, preterindo a atual análise macroeconômica. Além disso, a alocação e gerenciamento mais eficientes dos recursos naturais apresentam-se como pilares desta sustentabilidade (SACHS, 1993);
- c) sustentabilidade ecológica, que perpassa pela adoção de diferentes medidas relacionadas à utilização dos recursos naturais, como a diminuição do volume de resíduos gerados pelas atividades humanas e a redução do uso de recursos esgotáveis;
- d) sustentabilidade espacial, que se relaciona com a ocupação do espaço geográfico pela espécie humana. A sustentabilidade espacial busca pelo equilíbrio na ocupação das áreas urbanas e rurais através da melhoria na distribuição espacial da ocupação humana e das atividades econômicas (SACHS, 1993);
- e) sustentabilidade cultural, que valoriza as distinções existentes entre as diferentes localidades, priorizando soluções baseadas nas especificidades locais, respeitando as características sociais, ambientais e culturais.

A valorização da participação da sociedade civil e das distintas manifestações culturais apresenta-se como um dos pilares do ecodesenvolvimento, uma vez que a realização da sustentabilidade “não pode ter sucesso sem a participação dos grupos e das comunidades locais” (SACHS, 1993, p.39). Sachs (1993) ainda descreve uma série de premissas que devem basear as estratégias de transição, reconhecendo os contrastes existentes entre os países e salientando que “cada grupo de países deve concentrar-se em objetivos diferentes, porém sinérgicos” (SACHS, 1993, p.45).

O conceito de ecodesenvolvimento foi concebido com o objetivo de apresentar-se como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento de viés econômico, dando ênfase à complexidade das questões sociais e ambientais. Embora a observação das peculiaridades locais seja uma das bases do ecodesenvolvimento, Sachs (1993) reconhece que a elaboração e execução de estratégias pontuais não serão suficientes para a transição, admitindo a necessidade de ações ao nível global. Ademais, Layrargues (1997) observa a existência de interpretações em que os termos ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável são vistos como sinônimos, tendo em vista que ambos idealizam a

criação de uma sociedade sustentável. Entretanto, o próprio Layrargues (1997) contesta estas interpretações, acrescentando objeção à ideia de que o desenvolvimento sustentável seja uma evolução conceitual do ecodesenvolvimento.

2.4 O desenvolvimento sustentável

O termo desenvolvimento sustentável foi primeiramente utilizado por Robert Allen em *How to Save the World: Strategy for World Conservation*, tornando-se amplamente difundido na década de 1980, sobretudo devido à divulgação do relatório *Nosso Futuro Comum*, fruto da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland e organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). O relatório define desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p.46).

Neste sentido, o desenvolvimento sustentável proposto pelo relatório *Nosso Futuro Comum* fundamenta-se em dois conceitos-chave:

- a) a definição de necessidades, atentando, prioritariamente, para as necessidades básicas da população pobre do mundo (CMMAD, 1991);
- b) a compreensão das limitações impostas ao meio ambiente pelas tecnologias existentes e pelo modo de organização social, entendendo como estas podem limitar a capacidade ambiental de fornecer recursos para as gerações atual e futura (CMMAD, 1991).

Ainda seguindo as premissas do Relatório de Brundtland, o principal intuito do desenvolvimento é a satisfação das necessidades e anseios humanos. À vista disso, o crescimento econômico e o progresso tecnológico são apresentados como vias satisfatórias na promoção do atendimento das necessidades humanas essenciais no presente e no futuro. Segundo o relatório, o crescimento potencial pleno é fundamental para atender às necessidades básicas e o “desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas” (CMMAD, 1991, p.47). Já sobre o progresso tecnológico, reconhece-se que, apesar de garantir a resolução de alguns impasses, pode gerar outros acrescentando que “uma tecnologia mal empregada pode marginalizar amplos segmentos da população” (CMMAD, 1991, p.47).

Sobre a definição de desenvolvimento sustentável, adotada pelo Relatório de Brundtland, Montibeller Filho (1999, p.32) conclui que “é desenvolvimento, porque não se reduz a um simples crescimento quantitativo” e que “é sustentável, porque deve responder à equidade intrageracional e à intergeracional”. Em uma abordagem crítica, Layrargues (1997) afirma que o conceito popularizado de desenvolvimento sustentável contribui para que a questão ambiental seja vista com ingenuidade e descompromisso, em que as conjunturas responsáveis pela degradação ambiental são omitidas e ignoradas.

No tocante à relação entre ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, são notáveis algumas semelhanças existentes entre os dois conceitos. Constata-se que os dois modelos apresentam a dimensão ambiental como denominador comum (MONTIBELLER FILHO, 1999), bem como a associação entre as esferas ambiental, social e econômica. Sobre as evidentes similaridades, Layrargues (1997) considera que o ecodesenvolvimento proposto por Ignacy Sachs e o desenvolvimento sustentável defendido pelo relatório Nosso Futuro Comum possuem como objetivo partilhado a constituição de uma sociedade sustentável.

Ainda segundo Layrargues (1997), as compatibilidades existentes entre os dois termos contribuem para que um seja visto como sinônimo do outro. Entretanto, o citado autor estabelece alguns contrastes evidentes entre os dois conceitos questionando, principalmente, a defesa do crescimento econômico e progresso tecnológico realizado pelo Relatório de Brundtland. Sobre isso, Layrargues (1997) levanta três contradições:

- a) o ecodesenvolvimento estabelece um teto de consumo, enquanto o desenvolvimento sustentável adota um piso de consumo;
- b) a confiança no progresso tecnológico como resolução dos problemas da humanidade defendida pelo desenvolvimento sustentável é questionada pelo ecodesenvolvimento;
- c) a limitação do livre mercado proposta pelo ecodesenvolvimento em contraste com a manutenção deste pelo desenvolvimento sustentável.

Diante do exposto, nota-se a existência de uma concordância entre Layrargues e Sachs acerca da definição de desenvolvimento sustentável promovida pelo Relatório de Brundtland e sua relação com o ecodesenvolvimento. Neste sentido, cabe resgatar a afirmação feita por Sachs (1993) sobre as alternativas

propostas nas décadas de 1970 e 1980, em que o referido autor cita a insistência na continuidade do crescimento econômico.

Em continuidade à sua crítica, Layrargues (1997) discute acerca da disposição do desenvolvimento sustentável em solucionar os problemas sociais e ambientais, questionando sobre a diferença entre o proposto pelo Nosso Futuro Comum e o modelo econômico em vigor. Sobre isso, o autor constata que:

A conclusão mais plausível é que este último – leia-se as forças do mercado – sob pressão da nova realidade ecológica e da necessidade de assumir uma nova postura, desponta sob uma nova roupagem, sem que tenha sido necessário modificar sua estrutura de funcionamento (LAYRARGUES, 1997, p.10).

Finalmente, apesar das discussões acerca do tema, o desenvolvimento sustentável proposto pelo Relatório de Brundtland caracteriza-se como um processo de transformações desempenhadas em diferentes setores, em que estes devem funcionar harmonicamente visando o bem-estar das gerações presente e futura.

3 A DOMINAÇÃO CAPITALISTA E SUAS IMPLICAÇÕES NOS MEIOS SOCIAL E ECOLÓGICO

Objetiva-se com este capítulo evidenciar a apropriação capitalista no que se refere aos âmbitos social e ambiental. Neste sentido, ao longo do percurso serão realizadas explanações que abrangem desde o panorama da hegemonia do capitalismo aos processos de dominação social e ambiental. Ademais, será relatado acerca da crise ecológica desenvolvida no interior e pela lógica do capital.

3.1 Perspectivas acerca da dominação capitalista

O modelo de produção capitalista concentra-se, essencialmente, no crescimento econômico e, portanto, na acumulação constante de riqueza, aqui denominada capital. A funcionalidade do sistema baseia-se no estabelecimento de uma comunicação entre as esferas de produção e consumo, em que estas devem ser complementares. Enquanto o consumo está relacionado com a aquisição de bens materiais ou serviços, a esfera da produção encontra seu alicerce no aproveitamento de insumos provenientes, sobretudo, da natureza. Sobre a produção e consumo no âmbito do capitalismo:

O consumo, portanto é a própria razão de ser da produção, a finalidade para a qual é voltada. Toda cadeia de atividade econômica é direcionada à disposição dos bens produzidos no mercado para serem adquiridos pelo trabalhador, que após vender seu tempo para a produção, passa aqui para o outro lado da moeda como consumidor (PINTO; PORTO, 2017, p.12).

A dinâmica entre produção e consumo, fortemente presente na sociedade capitalista, adquire a condição de característica natural e inerente ao ser humano, em que “o próprio modo de vida do homem é abarcado por tal processo, tornando-o instrumento e engrenagem de toda a cadeia produtiva” (PINTO; PORTO, 2017). Diante do exposto, é notável que a apropriação dos recursos derivados da natureza e a exploração da força de trabalho desempenhada pela classe proletária são determinantes para a acumulação de capital, em que este é responsável pela geração de uma série de contradições ambientais e sociais durante seu processo de dominação.

Ao estabelecer um elo entre a exploração da natureza e da força de trabalho, resultantes do capitalismo, Pinto e Porto (2017) destacam que a relação entre trabalhos exploratórios e a depredação da natureza são diretamente proporcionais, tendo em vista que quanto mais a força de trabalho é explorada, maiores são os danos ambientais provenientes da atividade. Perante a exposição realizada pelos citados autores, evidencia-se a lógica de dominação representativa do capitalismo, em que a natureza e a classe trabalhadora são envolvidos em uma relação de subordinação, tendo como consequência a criação e manutenção de desigualdades em favor da acumulação de capital.

A divisão internacional criada em torno dos chamados países desenvolvidos ou em desenvolvimento, propagou-se a noção de que estes últimos conseguiriam adotar os mesmos padrões de produção e consumo existentes nos países desenvolvidos através do desenvolvimento econômico, sendo desenvolvimento sinônimo de crescimento. Sobre essa universalização, Celso Furtado (1974) aponta que os meios social e natural são constantemente ignorados pelos economistas em suas análises. O efeito dessa exclusão pode ser observado nos persistentes problemas ambientais e sociais presentes nas zonas urbanas e rurais.

Sobre isso, Chesnais e Serfati (2003) acrescentam que os problemas vivenciados pelos países em desenvolvimento são decorrentes de condições estabelecidas ao longo da extensa história de dominação capitalista. Os citados autores ainda destacam que a expansão do capitalismo ocorrida entre os séculos XIX e XX foi resultado, dentre outros fatores, da exploração de mão de obra local ou importada. As críticas empreendidas por Chesnais e Serfati (2003) agregam à discussão de Furtado (1974), adicionando outra particularidade na relação entre países do Norte e do Sul, em que estes últimos “no quadro da divisão internacional do trabalho, esses países, colonizados ou não, serviram de fornecedores de recursos naturais para os grupos industriais das ‘metrópoles’” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p.69).

Nesta perspectiva, os chamados países de terceiro mundo desempenhariam as funções simultâneas de provedores de insumos e receptores das externalidades provenientes das atividades econômicas dos países desenvolvidos. Os métodos predatórios praticados nos países em desenvolvimento impactam negativamente os meios natural e social, tendo em vista que expõem ao

risco a reprodução não apenas das dinâmicas ambientais, mas da qualidade de vida das populações operárias e camponesas (CHESNAIS; SERFATI, 2003). Neste contexto, os países desenvolvidos seriam economicamente beneficiados pelas depredações ambiental e social impostas aos países em desenvolvimento.

Ao citar o estudo *Os Limites do Crescimento* realizado para o Clube de Roma no ano de 1972, Furtado (1974) salienta que as investigações revelaram-se cruciais ao evidenciar a dependência dos Estados Unidos, por exemplo, em relação á recursos naturais não renováveis oriundos de fora do país. Neste contexto, os impactos gerados nos locais de origem desses recursos são inteiramente ignorados, criando um cenário em que estes países fornecedores são negligenciados tendo em vista a manutenção da economia dos países desenvolvidos. A economia e sua visão limitada tende a ignorar o meio natural, focando apenas nos processos de geração de valor econômico em detrimento de como estes impactam no meio físico. Aquilo que “chamamos de criação de valor econômico tem como contra-partida processos irreversíveis no mundo físico, cujas consequências tratamos de ignorar” (FURTADO, 1974, p.18).

A hipótese de que os países periféricos seriam capazes de vivenciar o desenvolvimento econômico experimentado pelos países centrais ainda encontra como obstáculo a própria conformação do sistema. Furtado (1974) salienta que esta teoria contraria diretamente a lógica do desenvolvimento, tendo em vista que um dos resultados da expansão econômica é a geração de desigualdades e exclusão social. Em decorrência disto, grande parte da população residente dos países periféricos não usufrui dos benefícios derivados do desenvolvimento, sendo estes desfrutados por apenas um segmento reduzido e privilegiado da sociedade. Ainda segundo Furtado (1974), a ocorrência de um irrisório aumento do número de privilegiados nos países periféricos contribui para a manutenção e o agravamento das desigualdades, ressaltando o caráter de exclusão do sistema capitalista.

Ademais, ainda é possível a ocorrência da “transferência das atividades industriais dos grupos multinacionais” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p.69) para os países do Sul, entretanto este processo é reservado para uma pequena minoria destes países, sobretudo aqueles que apresentam mão de obra qualificada, baixos custos salariais e demanda interna significativa (CHESNAIS; SERFATI, 2003).

Finalmente, a expansão dos padrões de produção e consumo dos países centrais á nível global resultaria em uma intensa pressão sobre os recursos naturais.

A universalização deste modelo de desenvolvimento acarretaria custos sociais e ambientais, uma vez que a acentuada devastação da natureza coloca em risco a sobrevivência da própria humanidade. Além disso, a mundialização do capital acarreta inúmeros problemas para os países em desenvolvimento, em que o discurso da universalização do padrão de vida dos países desenvolvidos apresenta-se como uma cortina para a dominação política e, conseqüentemente, para o aumento da pilhagem dos recursos naturais (CHESNAIS; SERFATI, 2003). Em conclusão, as conseqüências do mito do desenvolvimento econômico podem ser observadas assim como explicado por Furtado (1974):

Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento (FURTADO, 1974, p.75).

3.2 A separação do homem da natureza

Ao descrever a biosfera como um todo e única realidade concreta, Marques (2015, p.450) enuncia que “o homem isolado da biosfera não é nem ‘real’, nem ‘concreto’ e que abstraí-lo dela é aniquilá-lo. Na medida em que o homem como criatura viva existe, ele está ligado ao que não é ele”. Utilizando-se de um pensamento elaborado por Alexandre Kojève, Marques (2015) salienta a impossibilidade da separação entre a espécie humana e a natureza, baseando-se no pressuposto de que a existência de algo está relacionada àquilo que lhe é exterior.

Diante da inviabilidade da separação entre homem e natureza, cabe ressaltar a ausência desta relação nas análises econômicas, observada por Furtado (1974) e anteriormente exposta. Entretanto, para além dos atuais diagnósticos econômicos, faz-se fundamental compreender os processos empreendidos pelo capital responsáveis pela separação da espécie humana da natureza e, conseqüentemente, do desenvolvimento de uma visão antropocêntrica.

Embasado por Karl Marx, Foladori (2001) observa que a teoria da renda do solo assume uma posição de extrema importância no entendimento do processo que levou à separação entre homem e natureza. Ainda segundo Foladori (2001), a industrialização promovida pelo modo capitalista de produção contribuiu para a transformação nas relações com a terra, em oposição aos modos pré-capitalistas

essencialmente agrícolas. Neste sentido, os modos de produção pré-capitalistas promoviam, ainda que não de forma ideal, uma conexão entre o trabalhador e a natureza, aqui também seu modo de subsistência. Em contrapartida, a expansão do capitalismo promoveu a total ruptura entre o assalariado e a terra como condição natural de produção (FOLADORI, 2001). Nesta perspectiva, convém realizar um questionamento acerca da liberdade constantemente associada ao capitalismo, em que o assalariado “é livre, mas essa liberdade deve ser entendida como isolamento, alienação com respeito à natureza externa; é livre porque foram esgarçados os laços do metabolismo com o meio ambiente” (FOLADORI, 2001, p.108).

Chesnais e Serfati (2003) concordam com Marx ao elaborarem que o processo da acumulação primitiva foi responsável por afastar o campesinato da terra com o intuito de submeter às atividades agrícolas à geração de lucros e, por conseguinte, à acumulação de capital. Os citados autores ressaltam a expropriação dos trabalhadores rurais do seu modo de vida ocorrido na Inglaterra, entre os XVI e XVIII, em que o chamado enclausuramento tornou privado terrenos anteriormente comunais. O método empregado na Inglaterra revela os principais aspectos das atividades agrícolas no capitalismo, sendo estes o êxodo rural e o estabelecimento de grandes propriedades (FOLADORI, 2001).

Em obra intitulada *A Ecologia de Marx: Materialismo e Natureza*, John Bellamy Foster discute sobre a falha (ou ruptura) metabólica evidenciada por Marx em seus escritos. O conceito de metabolismo, através das trocas materiais e ações regulatórias que ele implica, permitiu que Marx expressasse a relação entre a espécie humana e a natureza (FOSTER, 2005). Neste sentido, ao adotar a expressão falha metabólica, Marx sinaliza para uma “alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista das condições naturais que formaram a base da sua existência” (FOSTER, 2005, p.229). Deste modo, o conceito de falha metabólica simboliza o distanciamento entre homem e natureza criado pelo capitalismo, sendo esta ruptura um dos alicerces para a violação das condições de sustentabilidade impostas pela natureza (FOSTER, 2005).

No que concerne à natureza, o modo de produção capitalista a reconhece como uma fonte de matérias-primas, definindo seu valor do que dela se é possível arrancar. Neste sentido, a apropriação dos recursos naturais coletivos pela iniciativa privada reduz os custos de produção resultando em uma vantagem sobre a concorrência que utiliza os mesmos insumos (FOLADORI, 2001). A busca

desenfreada pelo lucro propicia a degradação dos solos, demonstrando que a “sociedade capitalista valoriza a natureza não por suas qualidades intrínsecas, nem sequer pelos benefícios materiais ou espirituais que possa oferecer ao ser humano, mas exclusivamente pelo valor de troca que se possa extrair” (FOLADORI, 2001, p.114).

A submissão da agricultura ao contínuo aumento da produção promovida pelo capitalismo, bem como às técnicas relacionadas à mecanização e ao uso de produtos provenientes da indústria agroquímica, é responsável por ocasionar diversos danos ambientais que se estendem para além da área de plantio. A chamada evolução das técnicas agrícolas atua, de fato, em favor da lógica de produção capitalista, em detrimento da resolução de impasses sociais e ambientais, como é observado com a Revolução Verde. Sendo assim:

Todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalho, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade (MARX, 2011, p.380).

Ainda sobre o papel do solo no âmbito do modo de produção capitalista, Foladori (2001) ressalta o efeito negativo que a apropriação de terras originalmente inutilizadas tem sobre o meio ambiente, acrescentando que o capitalismo tende a criar áreas destinadas à proteção ambiental visando resguardar a natureza de sua apropriação. Esta, por sua vez, ao abranger terras em seu estado natural é responsável por “embolsar de uma só vez o produto da fertilidade natural histórica” (FOLADORI, 2001, p.113).

3.3 A relação entre natureza e capitalismo

A ruptura da relação anteriormente existente entre a espécie humana e natureza caracteriza-se como um dos principais pilares da acumulação capitalista. O isolamento do homem de seu meio exterior proporcionou a incorporação das atividades humanas, bem como da própria natureza, nas lógicas de produção e acumulação capitalistas visando à geração de valor econômico. A natureza foi transformada em capital natural, adquirindo a condição de fator de produção, que

uma vez alinhando com o trabalho humano e o capital físico colabora para o crescimento econômico (CHESNAIS; SERFATI, 2003).

Nesta continuidade, a despeito da importância da natureza e dos recursos e serviços oferecidos por ela como suporte do estatuto de higidez das diferentes formas de vida presentes no planeta Terra, o meio natural foi reduzido á um estado de subordinação pelo capitalismo (AGUIAR; BASTOS, 2012). Neste sentido, a lógica capitalista apropria-se da natureza como provedora de insumos para suas atividades e, posteriormente, como receptáculo dos resíduos gerados no decorrer do processo de produção e consumo. Os custos ambientais são inteiramente ignorados resultando em danos, em alguns casos irreversíveis, aos diversos ecossistemas terrestres ou aquáticos. Sobre a absorção da natureza pelo capitalismo, Aguiar e Bastos (2012) explicam que esta ocorre através do tripé expropriação, apropriação e mercadorização:

- a) a expropriação caracteriza-se como a primeira das três etapas da incorporação da natureza pelo capitalismo, sendo em sua ausência impossível estabelecer o alicerce para a exploração capitalista. Basicamente, a expropriação é responsável pela desapropriação dos trabalhadores das condições de produção, bem como dos saberes á elas relacionados (AGUIAR; BASTOS, 2012);
- b) “a apropriação objectiva a transformação da natureza numa futura mercadoria” (AGUIAR; BASTOS, 2012, p.86). É no momento da apropriação que surge a propriedade privada, isto é, um objeto antes sem valor econômico passa a ser propriedade de um capitalista ou grupo econômico (AGUIAR; BASTOS, 2012);
- c) a mercadorização consiste no último estágio da assimilação da natureza pelo capitalismo. Aqui, a conversão da natureza em mercadoria é finalmente concluída, sendo o trabalho assalariado o principal agente transformador. A natureza adquire direta ou indiretamente (através de sua presença na produção de outras mercadorias) valor de troca (AGUIAR; BASTOS, 2012).

A separação dos processos constituintes do tripé, aqui realizada para fins de melhor compreensão, não acontece na prática. De fato, estes processos estão intrinsecamente relacionados de maneira que um não ocorre isoladamente do outro. Sendo assim, para que a mercadorização ocorra são necessárias as expropriação e

apropriação, em que as duas últimas existem com o objetivo da mercadorização. Diante disto, é possível afirmar que a separação do trabalhador das condições de produção, a constituição da propriedade privada e a conversão da natureza em mercadoria existem uma em função das outras, sendo sua separação inconcebível para o modo de produção capitalista.

Neste contexto, a natureza ocupa uma posição de subordinação ao capitalismo, em que esta é apropriada e explorada tendo como único objetivo a constante obtenção de lucro, revelando que “a natureza do capitalismo é capitalizar a natureza” (AGUIAR; BASTOS, 2012, p.87). Chesnais e Serfati (2003) complementam que a capitalização da natureza garante um novo campo de acumulação de riqueza para os detentores do capital, em que os resultados se manifestam através da depredação vertiginosa dos recursos naturais, podendo ocasionar danos inconversíveis para a biosfera. Aqui, para concluir, cabe citar Foladori (2001, p.110) quando este enuncia que “a natureza é valorizada no capitalismo somente se puder ser trocada por outra mercadoria, ou, mais comumente, por dinheiro”.

3.4 Ciência e técnica á serviço do capitalismo

A expansão do modo de produção capitalista não ocorreu espontaneamente, tendo recorrido á múltiplos fatores para a concretização de sua hegemonia. Deste modo, a ciência e a técnica foram apropriadas como duas das principais ferramentas de dominação da natureza (PINTO; PORTO, 2017). Após sua absorção pelo capital, as evoluções tecnológicas e científicas passaram a ser moldadas com o objetivo de servirem à dominação social e geração de lucro (CHESNAIS; SERFATI, 2003). Diante disto, cabe evidenciar a intensa apropriação praticada pelo capital em relação à ciência e tecnologia, em que estas passaram a ser constantemente associadas ao modo de produção capitalista como fossem características exclusivas deste.

É neste contexto que surge a discussão acerca da existência ou não de neutralidade política nas esferas científica e tecnológica. Aqui, tendo em vista a exposição realizada anteriormente, será defendida a hipótese negativa. Em busca de garantir sua continuidade, o modo de produção capitalista apropria-se dos meios

social, cultural, político e, conseqüentemente, o científico e tecnológico. Löwy (2013) reforça a parcialidade das forças produtivas existentes, salientando que estas são prejudiciais para a higidez social e ambiental. O autor prossegue apontando que a técnica e ciência foram profundamente incorporadas pelo capitalismo, colaborando para a destruição do equilíbrio ecológico global. Diante disto, constata-se que:

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia nunca foi neutro. Por detrás da “autonomia de pesquisa” (que o capital financeiro não tolera nem mais como um mito), sempre houve possantes mecanismos objetivos (o financiamento, os modos de recompensa do sucesso) e subjetivos (a interiorização dos valores da sociedade burguesa) que a orientaram segundo os impulsos da acumulação e da hierarquia dos objetivos do capitalismo (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p.24).

É inegável que a evolução da ciência e tecnologia tenha demonstrado novos horizontes acerca de conhecimentos relacionados às dinâmicas naturais, entretanto este ainda está grandemente atrelado aos interesses do capital. Neste momento, cabe destacar o exemplo disponibilizado por Aguiar e Bastos (2012), os quais apontam que o conhecimento adquirido no campo da agrobiotecnologia tem sido empregado na reprodução da monocultura em diversos países periféricos. Outro exemplo a ser destacado, é a obsolescência programada ou planejada, técnica em que os produtos são propositalmente fabricados com um prazo de validade definido com o intuito de estimular o consumismo, uma vez que o consumidor encontra-se impelido á comprar um novo objeto diante da redução da eficiência do atual. Esta prática é amplamente utilizada pela indústria de equipamentos eletrônicos.

Tendo em vista o exposto nos últimos parágrafos, é notável como o capitalismo submete a ciência e tecnologia á sua lógica de desenfreada geração de lucro, utilizando-as como suporte para sua reprodução e naturalização, alimentando o mito de que os problemas sociais e ambientais por ele causados serão facilmente resolvidos por seus próprios avanços técnicos e científicos (PINTO; PORTO, 2017). Sendo assim, o conhecimento construído ao longo do tempo passa a ser utilizado em favor da dominação capitalista, em detrimento do real progresso da humanidade.

3.5 A crise ecológica

Diante das adversidades consequentes do modo de produção capitalista, faz-se cada vez mais necessária a elaboração de novas críticas capazes de penetrar no cerne da questão. Neste sentido, são indispensáveis análises que reconheçam a inerente conexão entre os meios social e ambiental, mais precisamente entre a exploração dos subjugados e a devastação da biosfera e seus processos naturais (CHESNAIS; SERFATI, 2003).

Neste sentido, cabe evidenciar que o capitalismo e seus métodos caracterizam-se como alicerces na construção de uma crise ecológica e, por conseguinte, de uma crise civilizatória. Löwy (2013) explica que as crises ecológicas e econômicas decorrem da transformação dos recursos naturais e sociais em mercadoria. Ainda conforme o autor:

As duas crises são aspectos interligados de uma crise mais geral, a crise da civilização capitalista industrial moderna. Isto é, a crise de um modo de vida – cuja forma caricatural é o famoso *american way of life*, que, obviamente, só pode existir enquanto for privilégio de uma minoria – de um sistema de produção, consumo, transporte e habitação que é, literalmente, insustentável (LÖWY, 2013, p.80).

A expansão da dominação do capital á nível global acelerou e intensificou os danos ambientais promovidos pelos mecanismos existentes desde a origem do capitalismo (CHESNAIS; SERFATI, 2003). A devastação da biosfera é resultado, sobretudo, da lógica de rápida acumulação promovida pelo capital que não considera os limites impostos pela natureza. Neste momento, cabe destacar processos como o tempo empregado pela natureza na produção de determinados recursos e sua capacidade de absorção de resíduos, que podem variar de dezenas á milhares de anos. Nesta perspectiva, há uma incompatibilidade entre o metabolismo natural e a lógica de crescimento adotada pelo capital, em que este último, apoiando-se em seu domínio no âmbito social, contribui para a aceleração da depredação dos bens e serviços naturais proporcionados pela biosfera (AGUIAR; BASTOS, 2012).

Neste contexto, Löwy (2013) aponta que os problemas ambientais atualmente existentes não foram resultantes do aumento populacional ou do emprego da tecnologia em si, mas da metodologia utilizada pelo capital pretendendo a ilimitada acumulação. Aqui, destaca-se o vínculo indissociável entre a crise ecológica e o modo de produção de capitalista, em que este último é o principal

responsável pelas diversas degradações ambientais ao redor do planeta. Deste modo, é possível afirmar, assim como Chesnais e Serfati (2013, p.3), que “a crise ecológica planetária tem sua origem nos fundamentos e nos princípios de funcionamento do capitalismo”.

A busca desenfreada por lucros, assim como as lógicas de produção e mercado adotadas pela civilização capitalista, anunciam graves desastres ecológicos que colocam em risco a manutenção de processos naturais responsáveis pela manutenção da vida na Terra (LÖWY, 2013). As atividades antrópicas contribuem amplamente para o aumento da temperatura em todo planeta, acelerando o processo da mudança climática, em que as principais repercussões demonstram-se na desertificação de extensas regiões, aumento do nível do mar, dentre diversas outras complicações.

Após analisar separadamente os principais expoentes da crise ecológica, Marques (2015) aponta que para o alcance da correta abordagem acerca desta crise, deve-se estabelecer uma conexão entre os diversos desequilíbrios ambientais existentes, tendo em vista que estes não ocorrem isoladamente um do outro. Sobre os prognósticos científicos acerca do colapso ambiental, Marques (2015) cita Os Limites do Crescimento e o Relatório de Brundtland, divulgados em 1972 e 1987 respectivamente. Ambas as publicações atribuíam à crise ecológica um caráter teórico e distante, ressaltando que esta poderia ser resolvida com auxílio tecnológico e pela adoção de mudanças por parte da humanidade. Passados 20 anos após a publicação do Os Limites do Crescimento, a humanidade havia excedido os limites da sustentabilidade, encontrando-se diante do impasse entre o colapso ambiental ou a adoção da sustentabilidade (MARQUES, 2015).

O cenário aponta para a ocorrência, cada vez mais próxima, de uma crise ecológica de origem antrópica, capaz de causar graves desequilíbrios ambientais a uma escala global, afetando não apenas a espécie humana, mas todas as formas de vida do planeta. Nesta conjuntura, o colapso apresenta-se como fruto da inversão de círculos virtuosos para círculos viciosos, em que o primeiro promove a manutenção do equilíbrio, enquanto o último gera o oposto. Assim, um ecossistema funcionando em círculo vicioso reproduz, em seu ciclo de retroalimentação, os coeficientes responsáveis pela sua instabilidade, intensificando sua própria degradação.

Perante o exposto, tornam-se perceptíveis os graves danos impostos sobre a biosfera. Certamente, os diversos estudos científicos realizados ao longo

dos anos foram de extrema importância para a ampliação acerca da compreensão e visibilidade do tema, entretanto, o conhecimento parece não penetrar na realidade. Os mecanismos associados à elevação do padrão de vida da população, sobretudo nos países desenvolvidos, foram responsáveis por gerar uma cegueira coletiva, em que governos e movimentos operários passaram a ignorar as questões ecológicas (CHESNAIS; SERFATI, 2003). Estes, envoltos na lógica do capitalismo, desconsideraram a inerente relação entre os colapsos ambiental e social, em que o primeiro leva ao último.

Diante do nexos existente entre as esferas natural e econômica, alguns autores, como Aguiar e Bastos (2012), defendem a tese de que o capitalismo é totalmente dependente dos recursos naturais e que a profunda deterioração da natureza acarretaria a extinção do modo de produção capitalista. Entretanto, cabe ainda ressaltar o ponto de vista de Chesnais e Serfati (2003), em que a crise ecológica é corolário do capitalismo, mas não um fator central para a sua extinção. Deste modo, “a crise ecológica’ é a manifestação da destruição das forças produtivas, entre as quais os recursos naturais, para as necessidades de acumulação” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p.33).

Neste sentido, enfatiza-se a capacidade do capital de perdurar em face do colapso por ele próprio motivado. No que se refere à utilização de insumos naturais em suas atividades, o capital é inteiramente capaz de criar novos mercados baseados nas poluições industriais e na escassez de recursos naturais, demonstrando que a espoliação direta da natureza não é o único meio de garantir a manutenção da acumulação e do padrão de vida dos proprietários do capital (CHESNAIS; SERFATI, 2003). À vista disso, cabe mencionar o Protocolo de Kyoto, estabelecido em 1997, o qual concedia a “permissão para poluir” aos países do centro do capitalismo, uma vez que estes poderiam adquirir os chamados créditos de carbono. Apesar da descartável boa intenção, o Protocolo de Kyoto não passou de uma tentativa de mercadorizar os danos ambientais decorrentes da emissão de gás carbônico (CO₂) na atmosfera.

A ocorrência de mobilizações por parte da comunidade internacional não tem surtido o efeito desejado. Apesar do conhecimento das consequências originárias da destruição do equilíbrio natural da biosfera, nota-se que as potências capitalistas não demonstram interesse em adotar ações que visem mitigar o problema (LÖWY, 2013). Aqui, cabe citar as convenções voltadas para a discussão

da questão ambiental, como a ECO-92 realizada no Rio de Janeiro em 1992. Esta, ainda que tenha apresentado modestos avanços em relação ao reconhecimento das comunidades tradicionais na proteção dos recursos naturais, reforçou o domínio do capital sobre a natureza, abrindo espaço para a exploração dos recursos genéticos por parte da indústria farmacêutica (CHESNAIS; SERFATI, 2003). Já a RIO+20, também sediada no Rio de Janeiro 20 anos após a ECO-92, insistiu na chamada economia verde, que Löwy (2013, p.81) descreve como “o capitalismo pintado de verde”.

Deste modo, é evidente a desinteresse do capital em propor soluções viáveis para os impasses ambientais decorrentes de suas próprias técnicas. Neste aspecto, ressalta-se novamente a discussão levantada anteriormente acerca da crise ecológica ser um fator limitante para o capitalismo, tendo em vista que esse irá encontrar novos meios para garantir a sua reprodução fazendo com que os impactos recaiam, exclusivamente, sobre a biosfera e a humanidade. Assim, “se a máquina de acumulação capitalista não for detida em tempo hábil (...) uma ruptura ocorrerá nos ecossistemas e nas sociedades, ruptura que desencadeará um colapso ao mesmo tempo natural e social” (MARQUES, 2015, p.455).

4 AS CONTRADIÇÕES INERENTES AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS PREMISAS

Neste capítulo serão tratadas questões acerca do desenvolvimento sustentável, tendo como objetivo apontar e esclarecer as contradições inerentes ao conceito. Nesta perspectiva, serão abordadas as inconsistências relativas à própria denominação e, partindo das descrições realizadas nos capítulos anteriores, incoerências relacionadas aos princípios do desenvolvimento sustentável.

4.1 Desenvolvimento, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

Já no início dos anos 1960, surgiam preocupações com as questões ambientais e a relação estabelecida entre humanidade e natureza. Mais precisamente em 1962, o livro *Primavera Silenciosa*, de autoria da bióloga e escritora Rachel Carson, evidenciava os impactos ambientais negativos decorrentes do uso do diclorodifeniltricloroetano (DDT), na época amplamente utilizado como pesticida. Porém, só a partir, principalmente, da década de 1970 que o discurso ambiental adquiriu considerável relevância no meio político internacional. A florescente preocupação ambiental instigou ações nos âmbitos governamental e não governamental com o objetivo de discutir e encontrar soluções para os evidentes problemas ambientais (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012). Neste sentido, destacam-se, dentre outras, iniciativas como a Conferência de Estocolmo realizada em 1972 e a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), responsável pela elaboração do relatório *Nosso Futuro Comum* e popularização do termo desenvolvimento sustentável.

Apesar de ser definido pelo *Nosso Futuro Comum* como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p.46), o conceito de desenvolvimento sustentável ainda é objeto de discussões para alguns estudiosos. A inclusão da questão ambiental nos debates políticos, bem como a popularização e aceitação da significação apresentada pelo Relatório de Brundtland, tornou o desenvolvimento sustentável um consenso global, adquirindo grande visibilidade em conferências e suporte de diferentes setores da sociedade, desde governos à ativistas ambientais. Neste sentido, sobre a necessidade da existência

de uma definição coerente do desenvolvimento sustentável, Lélé (1991, p.607) argumenta “o que é SD?” está sendo questionado cada vez mais frequentemente sem, no entanto, se alcançar respostas claras. SD corre o risco de torna-se um clichê como tecnologia apropriada – uma frase da moda que todos celebram mas ninguém importa-se em definir”.

Desde seu surgimento e popularização nas últimas décadas do século XX, a expressão “desenvolvimento sustentável” coleciona inúmeras definições elaboradas pelos diversos atores envolvidos com a temática. Este cenário favorece a concepção de interpretações confusas ou equivocadas acerca do conceito e premissas do desenvolvimento sustentável, sendo comum a sustentabilidade sugerida pelo termo seja, obrigatoriamente, associada à sustentabilidade ecológica. Além disso, ainda é possível que ocorram interpretações em que o desenvolvimento sustentável é entendido como “crescimento sustentável” ou como um “desenvolvimento bem-sucedido” (LÉLÉ, 1991). Quando interpretado de maneira literal, o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como um desenvolvimento ilimitado, isto é, capaz de manter-se perpetuamente, entretanto é preciso atentar para as definições de desenvolvimento e sustentabilidade como termos separados.

Tal como escrito no dicionário, desenvolvimento é o “crescimento econômico de um país ou região, acompanhado por alterações na estrutura política e social, que resulta em melhoria do padrão de vida da população” (DESENVOLVIMENTO, 2021). Ainda sobre a significação do termo, Lélé (1991) aponta que tem sido alvo de discussão entre teóricos ao longo de quatro décadas, ressaltando que a constante acerca do tema reside no entendimento de desenvolvimento como um processo de mudanças, em que as definições elaboradas possuem em comum a incorporação dos objetivos do processo e dos meios a serem adotados para se alcançá-los. Neste contexto, Lélé (1991, p.609) destaca que o “desenvolvimento sustentável é frequentemente interpretado simplesmente como um processo de mudanças que podem ser eternamente continuadas”, exemplificando que, se desenvolvimento for entendido como crescimento do consumo material, logo o desenvolvimento sustentável poderá ser compreendido como a sustentação do crescimento ilimitado do consumo material.

No que concerne ao termo sustentabilidade, este pode ser genericamente definido como “qualidade, característica ou condição de sustentável” (SUSTENTABILIDADE, 2021). Apropriada pelo movimento ambientalista, a

expressão sustentabilidade tem sua origem no âmbito das ciências naturais, sendo majoritariamente associada à capacidade de renovação da natureza, também denominada sustentabilidade ecológica. Neste sentido, é evidente que termo sustentabilidade está intimamente relacionado aos processos e ciclos característicos da natureza, tendo em vista que estes impactam na vida e atividades da espécie humana. Ao referenciar o debate meio ambiente – desenvolvimento, Lélé (1991) pontua que a maior contribuição desta é o reconhecimento da lógica regente na esfera social como fator influente na relação entre homem e natureza e, por conseguinte, na sustentabilidade ecológica.

A breve explanação acerca dos termos desenvolvimento e sustentabilidade realizada anteriormente instiga a mesma questão levantada por Lélé (1991): desenvolvimento sustentável é mesmo o produto resultante da adição entre desenvolvimento e sustentabilidade? O citado autor complementa evidenciando que a interpretação mais popular da expressão desenvolvimento sustentável tem a sustentabilidade ecológica como um objetivo do processo de desenvolvimento. Lélé (1991) ainda evidencia a existência de um consenso nas discussões acerca do desenvolvimento sustentável, em que há a possibilidade de coexistência entre sustentabilidade ecológica e o desenvolvimento tradicional, pautado no crescimento econômico.

Herman Daly (2002) é mais direto ao abordar as definições amplamente atribuídas ao desenvolvimento sustentável, apontando que dois conceitos constantemente empregados por estas definições não possuem qualquer relação com a sustentabilidade: utilidade e transumo. Diante disto, Daly (2002) salienta que o desenvolvimento sustentável, em sua significação mais popular, é aquele que sustenta a utilidade e o capital natural tendo em vista o bem-estar das futuras gerações. Aqui, a premissa do legado intergeracional apresenta-se como um impasse na adoção do conceito de utilidade na definição de sustentabilidade, tendo em vista sua característica não mensurável Daly (2002, p.172) afirma que “não podemos legar utilidade ou felicidade a gerações futuras”, complementando que é somente possível “deixar-lhes coisas e, em menor grau, conhecimento”.

Ao considerar o transumo um conceito mais adequado à ideia de sustentabilidade (visto sua mensurabilidade e possibilidade de transmissão para as futuras gerações), é possível estender sua aplicabilidade para a definição de desenvolvimento. Aqui, transumo pode ser compreendido como um fluxo entrópico,

em que a movimentação de extração e retorno de materiais para a natureza (realizada pelas atividades humanas) promovem o aumento da entropia da biosfera. Neste sentido, o desenvolvimento consistiria no aumento da eficiência na utilização do transumo, isto é, cada unidade de transumo apresentaria maior valor utilitário (DALY, 2002). Entretanto, esta abordagem contraria a adotada pela teoria econômica tradicional, que não inclui o conceito de transumo em seus fundamentos, restringindo a definição de desenvolvimento ao crescimento do produto interno bruto (PIB).

Um dos maiores impasses apresentados pelo conceito e diretrizes do desenvolvimento sustentável reside na negação da relação entre degradação ambiental e crescimento econômico. Ao promover simultaneamente a conservação ambiental e o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável rejeita o papel da natureza como fonte de insumos para a economia, em que a expansão econômica resultaria na elevação da entropia do ecossistema global. Lélé (1991) aponta que a definição convencional de desenvolvimento sustentável apresenta, pelo menos, três deficiências: o entendimento da degradação ambiental como resultado da pobreza, a caracterização dos termos desenvolvimento, sustentabilidade e participação e a estratégia adotada diante de um cenário de inseguranças.

Apesar da notável falta de consenso, contradições e impasses apresentados pelo desenvolvimento sustentável, é notório em seu conceito o foco desenvolvimentista, em que de acordo com as premissas do Relatório de Brundtland, busca-se aliar produtividade econômica, justiça social e proteção ambiental (SCHEEFFER, 2021). Aqui, cabe ressaltar a ausência de um questionamento direcionado ao sistema de produção capitalista, raiz dos problemas sociais e ambientais que o próprio desenvolvimento sustentável se prontifica a resolver. Finalmente, é possível concluir que o conceito de desenvolvimento sustentável:

Apresenta-se de forma dissociada de sua construção histórica, das contradições inerentes ao próprio processo histórico que o originou, tornando-se uma ideia automática, instrumentalizada, uma coisa a ser disseminada sem questionamentos ou reflexões profundas (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p.580).

4.2 O desenvolvimento sustentável interior ao capitalismo

De maneira simples e objetiva, o chamado desenvolvimento sustentável é, em verdade, mais um instrumento elaborado pelo capitalismo, tendo como objetivo a garantia de sua hegemonia e continuidade. Certamente, a essência da ideia do desenvolvimento sustentável carrega significativa importância ao impulsionar discussões e indagações acerca dos impactos das atividades antrópicas sobre a natureza e a própria sociedade. Entretanto, a ausência de um questionamento direcionado ao modelo econômico dominante põe em risco as boas intenções características do conceito, uma vez que as justiça social e ambiental não são particularidades do capitalismo. Neste sentido, embora o desenvolvimento sustentável apresente-se como uma crítica ao capitalismo, o entendimento predominante acerca do conceito pauta-se em uma conciliação entre a sustentabilidade e a lógica do capital, estabelecendo uma “sustentabilidade desenvolvimentista como um mecanismo ideológico de construção do aparente a serviço do capitalismo” (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p.571).

A noção mais popular e aceita de desenvolvimento sustentável, isto é, a contida no Relatório de Brundtland, descreve a crise ambiental como um problema comum à toda a humanidade, em que esta é responsável pelos problemas que atingem a biosfera, independentemente de nacionalidade, condição social e ocupação. Diante disto, nota-se uma generalização dos fatos e omissão do contexto histórico originador da crise ambiental, que passa a ser tratada com ingenuidade e descompromisso (LAYRARGUES, 1997). Diante disto, as definições e diretrizes apresentadas pelo Relatório de Brundtland caracterizam-se, essencialmente, como um manifesto que apela para a ética e solidariedade, sem mencionar os impasses estruturais para a realização de suas propostas (COUTINHO, 2009).

Ao propor a adoção de uma nova ética à nível global, baseada na alteração do comportamento individual e no senso de coletividade, o desenvolvimento sustentável ignora a estrutura capitalista como raiz da crise ecológica (COUTINHO, 2009). Sobre isso, Layrargues (1997) admite que o desenvolvimento sustentável consista em um projeto ecológico do neoliberalismo, promovendo a falsa impressão de progresso e mudanças no que se refere às questões ambiental e social. Coutinho (2009, p.23) corrobora com essa visão ao

classificar o desenvolvimento sustentável como uma “utopia neoliberal de justiça social e ambiental, dentro dos cânones de uma sociedade regida pelo mercado”.

Diante da expansão e relevância experimentadas pela temática ambiental, o mercado movimenta-se para encontrar novos meios de mercantilização da natureza, ou pelo menos dos temas á esta relacionados. São cada vez mais frequentes propagandas e produtos voltados para a causa da sustentabilidade, em que empresas buscam vender uma imagem “verde”, na qual a proteção e preservação ambiental são os pilares de seu funcionamento. Esta realidade, apesar de aparentar progresso no que se refere á consciência ambiental e mudança de paradigma, não passa da adequação da questão ecológica aos interesses do mercado. O mesmo pode ser inferido acerca do conceito de desenvolvimento sustentável e seu apelo por uma sustentabilidade incapaz de questionar a lógica hegemônica do capitalismo.

Aqui, revela-se a maior ilusão amplamente difundida pelo desenvolvimento sustentável: a utopia do capitalismo sustentável. Para Marques (2015), a quimera da possibilidade de conciliação entre sustentabilidade ambiental e capitalismo apoia-se em duas outras ilusões, sendo estas a noção de aumento da produção e consumo como amplificador do bem-estar e o antropocentrismo, respectivamente. Neste sentido, questiona-se a execução de um desenvolvimento dito sustentável em um contexto em que o crescimento e a produção devem ser ilimitados tendo em vista satisfazer os desejos da espécie humana, em detrimento da proteção e preservação dos processos ecológicos e demais formas de vida. Diante da imposição de um crescimento constante e despreocupado com as temáticas social e ambiental, destaca-se a incapacidade do capitalismo de submeter suas metas econômicas à lógica ambiental (MARQUES, 2015).

Um tema recorrente quando se trata de desenvolvimento sustentável é a utilização de tecnologias no auxílio á proteção e preservação ambiental. Aqui, a reciclagem apresenta-se como uma das principais soluções, sendo teoricamente capaz de garantir a disponibilidade de recursos para o alto nível de produção ao mesmo tempo em que soluciona o elevado descarte de materiais na natureza. Apesar de aparentar ser uma alternativa viável e eficaz, a reciclagem encontra algumas limitações para sua total execução. Estes impasses residem, principalmente, na quantidade de resíduos não recicláveis produzida, no alcance da reciclagem, bem como sua eficiência (COUTINHO, 2009). No que se referem aos

materiais não recicláveis, estes necessitam de uma destinação final, havendo as possibilidades de depósito e incineração. Entretanto, as duas opções apresentam malefícios, tendo em vista que o depósito trata-se de um processo cumulativo, enquanto a incineração libera partículas poluentes e até cancerígenas (COUTINHO, 2009).

Ainda sobre as limitações da reciclagem como uma ferramenta inteiramente eficaz na resolução dos problemas ambientais, deve-se questionar se o processo de reciclagem será capaz de atender ao volume total de lixo produzido mundialmente, bem como a parcela que é passível de reaproveitamento. Além disso, há a barreira física imposta pela Lei da Termodinâmica, em que o processo de transformação dos materiais proposta pela reciclagem implica a utilização de mais energia e novos materiais e insumos, resultando em dispêndio de energia durante o processo (COUTINHO, 2009). Ademais, diante do baixo lucro proporcionado pela atividade, políticas públicas voltadas para a gestão de resíduos somente interessam à iniciativa privada quando esta pode apropriar-se de trabalho não remunerado (COUTINHO, 2009).

Através do exemplo da reciclagem de materiais nota-se a fragilidade do argumento que defende que as tecnologias seriam capazes de solucionar os problemas ambientais resultantes das atividades antrópicas, apologia fortemente presente no discurso da sustentabilidade. De fato, apesar da introdução de técnicas que visam eficiência no uso dos recursos naturais e controle da poluição, a degradação ambiental intensifica-se cada vez mais no decorrer do tempo (MOTA; SILVA, 2009). Aqui, cabe ressaltar que a notoriedade adquirida pela problemática ambiental, bem como os avanços no campo tecnológico à ela relacionados, não é acompanhada de uma crítica às estruturas de produção e consumo, impossibilitando o desenvolvimento de consciência e práticas verdadeiramente eficazes e adequadas na resolução ou mitigação dos problemas ecológicos (MOTA; SILVA, 2009). Nesta perspectiva, a exaltação de saídas técnicas ignora o histórico das problemáticas ambiental e social, “cujas bases encontram-se fincadas na apropriação privada dos elementos naturais e sua conversão em fatores de produção, mediada pelo uso da ciência e tecnologia” (MOTA; SILVA, 2009, p.40).

De maneira sucinta, o apelo por deliberações técnicas é utilizado como apoio para o discurso de defesa do crescimento econômico indefinido. Sobre isso, Layrargues (1997) destaca que o Relatório de Brundtland relaciona pobreza com

degradação ambiental, sendo a primeira a causa da última. Diante desta perspectiva, o desenvolvimento sustentável propõe o crescimento econômico como uma saída eficaz para os dois impasses, uma vez que, de acordo com as premissas do citado relatório, a erradicação ou atenuação da pobreza levaria ao aumento da conservação e proteção ambiental. Neste contexto, a tecnologia apresenta-se como uma ferramenta indispensável para as atividades econômicas, tendo em vista sua capacidade de tornar os insumos mais eficientes e econômicos (LAYRARGUES, 1997). Aqui, mais uma vez as premissas do desenvolvimento sustentável demonstram-se contraditórias e imprecisas, posto que crescimento econômico não assegura a supressão da pobreza, enquanto o progresso tecnológico encontra limites nas práticas sociais e culturais pautadas no consumo e desperdício excessivos.

Outra abstração frequentemente utilizada pelo discurso vinculado ao desenvolvimento sustentável é a solidariedade intergeracional. A noção de que deve haver uma relação de irmandade entre esta e as futuras gerações está presente na definição elaborada pelo Relatório de Brundtland, em que o desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p.46). Contudo, a construção de um sentimento de solidariedade entre gerações torna-se incoerente quando evidenciados os problemas vivenciados pela atual sociedade. Nesta sequência, cabe ressaltar que a geração atual sofre com muitas das adversidades ocasionadas pelas ações antrópicas e, assim como inquire Coutinho (2009, p.30) “se as formas de produzir comprometem a reprodução da vida presente como esperar que a geração atual resolva abstratamente os problemas para a geração futura?”. É notável que o emprego de alterações meramente técnicas não foi suficiente para solucionar os problemas da atual geração, como é o exemplo da Revolução Verde e seu fracasso na erradicação da fome e desnutrição, em vez disso originou grandes corporações mundiais como a Monsanto (MÉSZÁROS, 2001). Ainda sobre a crença de saídas técnicas plenamente capazes de prover soluções:

Por muito tempo, esperávamos acreditar que todos os nossos problemas seriam felizmente resolvidos por meio do "desenvolvimento" e da "modernização" socialmente neutros. A tecnologia sozinha deveria superar todos os obstáculos e dificuldades concebíveis. Isso foi, na melhor das

hipóteses, uma ilusão imposta àqueles que, sem qualquer papel ativo na tomada de decisões, continuaram na esperança de que grandes melhorias em suas condições de existência seriam realizadas conforme prometido. Eles tiveram que descobrir por meio de experiência amarga que a panaceia tecnológica era uma evasão egoísta das contradições por aqueles que detinham as alavancas do controle social (MÉSZÁROS, 2001).

Sumariamente, o princípio do desenvolvimento sustentável tal qual é apresentado, principalmente, pelo Relatório de Brundtland apoia-se na asseveração de uma possível humanização do capitalismo, sendo este perfeitamente capaz de conviver com uma ética ecológica a ser desenvolvida pelos indivíduos (COUTINHO, 2009). Esta lógica torna-se evidente diante do forte apelo á mudanças de comportamento, reciclagem, solidariedade intergeracional dentre outras premissas baseadas em iniciativas éticas e morais que em nenhum momento questionam o modelo econômico vigente. A crença de que a adoção de novos padrões de comportamentos baseados na solidariedade seria suficiente para a transformação da atual estrutura social (COUTINHO, 2009) revela-se inverídica e diminuta diante de uma realidade complexa e marcada pelas injustiças social e ambiental. Mota e Silva (2009, p.41) são sucintas ao evidenciar que o apelo ético empregado pelo desenvolvimento sustentável “vai lentamente degenerando em um puro mecanismo formal, transmuta-se em um receituário moral”, em que as ações destinadas á beneficiar a natureza estão atreladas aos interesses do mercado.

É nesta perspectiva que se revela a inexequibilidade da existência das sustentabilidades social e ambiental no contexto do capitalismo, que busca atenuar suas manifestações através do desenvolvimento e reprodução de uma ética social e ambiental pautada em programas compensatórios baseados no solidarismo (MOTA; SILVA, 2009). A adoção destes princípios desempenha um papel fundamental na validação da continuidade da lógica do capital, tendo em vista que este é o principal agente causador dos problemas sociais e ambientais e, portanto, incapaz de solucioná-los sem comprometer seu desempenho. Neste sentido, o ideal dominante de desenvolvimento sustentável além de não questionar a posição do mercado como ator dominante na orientação da atividade produtiva, não discute a impossibilidade de sincronia entre a lógica do capital e os propósitos de garantir a higidez ambiental e de concretização de justiça social (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012).

O caráter holístico característico do desenvolvimento sustentável propõe um “bem comum” que deve ser almejado por todos, submetendo problemas complexos á objetivos e metas genéricos que ignoram a gênese dos transtornos sociais e ambientais. Coutinho (2009) argumenta que as definições de desenvolvimento sustentável promovem o equilíbrio ambiental como um meio para alcançar o bem-estar das gerações presente futuras e, conseqüentemente, fomentam um conflito entre gerações enquanto desconsideram as classes sociais que constituem a sociedade. Além disso, a ideologia do desenvolvimento sustentável firma-se a formação de um pacto transclassista que congrega todos os segmentos da sociedade sem diferenciação objetivando a concepção de um “pacto cidadão” (MOTA; SILVA, 2009). Diante disso, o capital encontra no discurso do desenvolvimento sustentável um forte aliado para sua legitimação e reprodução, em que o último favorece a indistinção das classes sociais perante á questão ambiental, conferindo á todos os indivíduos a responsabilidade no que se refere á depredação e proteção da natureza, menosprezando a origem burguesa dos problemas sociais e ambientais (MOTA; SILVA, 2009). De fato, o pacto global teorizado pelo desenvolvimento sustentável encontra entrave na repressão do capital no que concerne a movimentos voltados para as causas social e ambiental.

Diante do exposto, é notável a intrínseca relação entre os elementos constituintes do capitalismo e a política liberal voltada para atender aos interesses da ideologia burguesa, em que há a perpetuação da concepção do crescimento econômico como o único meio de progresso para a sociedade (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012). Destaca-se, assim, a utopia de um desenvolvimento sustentável anexo ao capitalismo, uma vez que o último não apresenta qualquer interesse em solucionar os distúrbios sociais e ambientais. Com efeito, “os princípios de sustentação social e política do capitalismo tardio são irreconciliáveis com a apropriada atenção aos problemas ecológicos e sociais contemporâneos” (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p.579). Em continuidade á crítica ao crescimento econômico inquestionável, Layrargues (1997) evidencia o caráter contraditório da chamada justiça social planetária proposta pelo Relatório de Brundtland, em que os países em desenvolvimento teriam padrões de vida semelhantes ao dos países desenvolvidos. Aqui, ressalta-se que se o padrão de vida estadunidense fosse adotado em escala global, o planeta não seria capaz de suportar a pressão e entraria rapidamente em colapso.

Ainda no tocante á quimera de um capitalismo sustentável, Marques (2015) sublinha alguns aspectos da impossibilidade da incorporação de sustentabilidade nas estruturas de funcionamento do capital. Dentre estes aspectos, enfatiza-se a chamada economia circular que, novamente, pauta-se na esperança das resoluções meramente técnicas baseadas no aumento da eficiência para o aumento da produção sem ocasionar pressões ecológicas significativas. Diante disso, Marques (2015) é sucinto ao afirmar a inviabilidade da economia circular, frisando que nenhuma economia está isenta da ação da Segunda Lei da Termodinâmica, assim como demonstram as análises realizadas por Nicholas Georgescu-Roegen na década de 1970. Ademais, independente da ação da entropia, a economia circular ainda encontraria obstáculos para sua efetuação diante do atual modelo de funcionamento da economia global (MARQUES, 2015). Sobre iniciativas como a economia circular, desenvolvimento sustentável e qualquer outra que busque sustentabilidade anexa ao modelo econômico hegemônico, é possível afirmar que:

Os objetivos do capitalismo, metamorfoseado em verde e humanizado, seriam a tentativa de naturalizá-lo como único sistema econômico possível e minimizar as críticas de cunho social e ecológico contrárias a ele, além de explorar o marketing dos produtos, serviços e selos verdes da falácia da responsabilidade socioambiental, promovendo a lucratividade das empresas pela imagem (FREITAS; NUNES; NÉLSIS, 2012, p.48).

O desempenho do capital e seus processos é, inevitavelmente, responsável pela concepção de uma crise ecológica e civilizatória. Neste sentido, soluções como as propostas pelo desenvolvimento sustentável caracterizam-se como um discurso vazio, uma vez que não se atentam para a matriz dos problemas e a complexidade inerente à relação entre homem, sociedade e natureza (SCHEEFFER, 2021). Em referência á este último, o desenvolvimento sustentável exime-se de qualquer responsabilidade de reestabelecer o vínculo anteriormente existente entre homem e natureza, interrompido pela introdução e ascensão do modelo econômico capitalista. A abordagem antropocêntrica adotada pelo desenvolvimento sustentável insiste em desconsiderar a interação entre a espécie humana, senão, a própria inserção da humanidade como elemento da biosfera.

Com relação à crise ecológica, esta é tratada com simplicidade pelo desenvolvimento sustentável, tendo sua gênese e complexidade desprezadas. Ao

contrário de atacar a origem das adversidades ecológicas, o discurso pela sustentabilidade apela para a adoção dos chamados comportamentos politicamente corretos, como a reciclagem de materiais e a economia de água por parte dos indivíduos, além de outras iniciativas insuficientes no tratamento da problemática ambiental (SCHEEFFER, 2021). Sobre isso, Scheeffer (2021) reconhece a importância destas ações, mas alerta que a abordagem da crise ambiental não deve restringir-se a um receituário baseado, principalmente, em ações cotidianas, mas deve-se ir além. Para Mota e Silva (2009), as críticas voltadas à problemática ambiental, embora tenham adquirido notoriedade, concentram-se na poupança dos recursos naturais, em detrimento do questionamento do produtivismo e consumismo promovidos pelo capital.

A tradicional perspectiva econômica imposta pelo modelo capitalista de produção recusa a subjugação do subsistema econômico às premissas do sistema maior biosfera e da Segunda Lei da Termodinâmica. De fato, a economia utiliza-se dos recursos naturais de baixa entropia fornecidos pela biosfera para manter seu ciclo e, ao fim do processo devolve resíduos de alta entropia para serem absorvidos pelo ecossistema terrestre. A ambição do capital em transformar a natureza em mercadorias infere em graves e crescentes riscos ambientais, em que a apropriação de recursos como água, solo e vegetação suscita em processos de degradação e poluição (COUTINHO, 2009). Diante do exposto, seria coerente para a discussão acerca de o desenvolvimento sustentável pautar a inserção das esferas social e econômica como componentes interiores à biosfera e, por conseguinte, dela dependentes. Entretanto, em face da neutralidade assumida pelo discurso da sustentabilidade em relação ao modelo econômico vigente, cabe ressaltar a sua inaptidão na resolução dos impasses de ordem ecológica. É evidente que o capital não valoriza a natureza, fazendo uso dos recursos e serviços ambientais e, posteriormente, gerando degradações com custos sociais os quais demonstra incapacidade de assumir (COUTINHO, 2009). Aqui, é conveniente concordar com Scheeffer (2021) em sua reflexão de que “é um engodo acreditar que tudo tem ‘conserto’ no interior da própria ordem do capital, desde que haja disposição para isso”.

Com efeito, o desenvolvimento sustentável, assim como outros conceitos como a economia circular, são ferramentas utilizadas pelo capital para legitimar a necessidade e possibilidade de um crescimento econômico contínuo. O capital não

possui qualquer disposição ou interesse em modificar sua lógica de atuação visando estabelecer um novo ordenamento social e o adequado manejo da natureza e da crise ecológica, logo, nenhuma alternativa posicionada no interior do capitalismo será eficiente para uma verdadeira mudança de paradigma. Um exemplo disto é como o capital apropria-se do discurso da sustentabilidade das chamadas agendas progressistas pela via do consumo, criando estímulos para a adoção de práticas de consumo responsáveis e conscientes alegando a preservação ambiental como fim (PINTO; FREITAS, 2017). Como resultado, o mercado escusa-se da obrigação da conservação da natureza repassando-a para a sociedade, tendo em vista que a degradação ou proteção da biosfera seria escolha dos indivíduos consumidores (PINTO; FREITAS, 2017).

Diante de sua inserção na lógica capitalista, o desenvolvimento sustentável busca criar alternativas ditas ecologicamente sustentáveis sem romper com as bases do capital. Ao concordar com a possibilidade da geração contínua e infinda de lucro, o ideal predominante de sustentabilidade pretere o próprio processo de desenvolvimento biológico, tendo em vista a inserção do subsistema econômico na biosfera (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012). Neste sentido, o desenvolvimento sustentável tal qual elucidado pelo Relatório de Brundtland, demonstra-se essencialmente antropocêntrico ao desconsiderar as necessidades das formas de vida além da espécie humana, bem como em sua compreensão da natureza como fornecedora e repositório de recursos a ser utilizada para a satisfação das demandas antrópicas (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012). Ademais, o caráter universal do desenvolvimento sustentável ignora as diferenças sociais, ecológicas e culturais das diferentes localidades, impondo uma visão embasada na perspectiva do chamado Primeiro Mundo (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012).

5 CONCLUSÃO

A inclusão da questão ambiental na agenda política global oportunizou o surgimento de ideologias como o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável. O advento da chamada consciência ambiental contribuiu para a identificação dos impactos negativos que as atividades antrópicas exercem sobre a natureza, principalmente aquelas estreitamente vinculadas ao sistema econômico hegemônico. Neste contexto, o desenvolvimento sustentável surge como a principal meta a ser alcançada pela sociedade, tendo em vista a resolução das adversidades ecológicas e sociais.

Em face da credibilidade atribuída ao desenvolvimento sustentável, tendo em vista sua extensa área de abrangência perpassando por programas globais á políticas públicas locais, o presente trabalho empenhou-se em retratar uma visão diferenciada acerca do tema, almejando contribuir para o questionamento referente à inserção da sustentabilidade no âmbito das estruturas do capital. Além disso, intentou-se, como principal objetivo, discutir a apropriação da ideologia do desenvolvimento sustentável pelo capitalismo, considerando a obrigatoriedade da coexistência dos citados.

Perante o exposto ao longo deste trabalho, bem como ao objetivo inicialmente á ele designado, atesta-se a inviabilidade de sustentabilidade interior á lógica capitalista de produção. Neste sentido, a análise da literatura evidenciou o caráter passivo do desenvolvimento sustentável no que tange a superação da racionalidade capitalista, esquivando-se de apresentar qualquer questionamento referente ao nexo de funcionamento do capital. A ausência de interrogações confere ao desenvolvimento sustentável uma posição de subordinação, em que este mais busca adequar-se ao capitalismo do que propor soluções verdadeiras para os problemas por originados por este último.

Além disso, identificou-se uma carência de consenso com referência aos conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a ausência de concordância sobre a definição dos termos e o que estes representam favorece a existência de diversas interpretações por diferentes setores da sociedade em busca de garantir o atendimento de seus próprios interesses em detrimento do bem comum vigorosamente defendido pelo desenvolvimento sustentável.

A análise da literatura ainda proporcionou o reconhecimento de um forte apelo ético e moral no discurso do desenvolvimento sustentável, principalmente, quanto á formação de uma solidariedade intergeracional. O solidarismo fortemente atrelado ao conceito sugere o estabelecimento de uma relação de cooperação em escala global, em que todos os indivíduos são igualmente responsáveis pelo alcance das justiças social e ambiental. Entretanto, esta perspectiva ignora os conflitos já enfrentados pela atual geração e as diferenças entre as classes sociais.

Em relação á crise ecológica, concluiu-se que o capital menospreza seus impactos e abrangência, sendo incapaz de responsabilizar-se pelos danos ambientais originados pela mercadorização da natureza. Para mais, constatou-se que as alternativas propostas pelo desenvolvimento sustentável para o abrandamento dos problemas ecológicos apoiam-se totalmente na expansão da consciência ambiental e em saídas científicas e tecnológicas. Em nenhum momento a apropriação da natureza pelo mercado é questionada.

A postura neutra adotada pelo desenvolvimento sustentável mediante a hegemonia capitalista demonstra um afastamento da ideologia no que se refere ao contexto histórico de formação das crises ecológica e civilizatória. As descrições realizadas ao longo deste trabalho constataam a impossibilidade de um capitalismo sustentável, tendo em vista a lógica degradante inerente ao capital e sua infinda busca por crescimento econômico, a qual submete a natureza e a sociedade à sua dominação. Neste sentido, a apropriação do desenvolvimento pelo capitalismo reside na utilização do conceito como uma ferramenta de garantia da reprodução do citado sistema econômico, em que se busca preservar os recursos hoje para serem explorados amanhã.

Finalmente, o desenvolvimento sustentável tal qual é proposto pelas grandes corporações e instituições, bem como pelo Relatório de Brundtland, caracteriza-se como uma tentativa de atribuir uma roupagem “verde” ao capitalismo, em que são propostas soluções genéricas e insuficientes para a resolução ou atenuação das crises ecológica e civilizatória por ele mesmo causadas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Valente; BASTOS, Nádia. Uma reflexão teórica sobre as relações entre natureza e capitalismo. **Katálisis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 84-94, jan./jun. 2012.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. "Ecologia" e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 16, p. 39-75, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 71 p.

COUTINHO, Ronaldo. "Crise Ambiental" e desenvolvimento sustentável: a mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização do capitalismo "selvagem". **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 21-36, jul-dez. 2009.

DALY, Herman E.. Crescimento sustentável? Não, obrigado. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 197-202, dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/pfNnSzdTMRHVS5sdJ3rpnTs/?lang=pt#> . Acesso em: 21 dez. 2021.

DALY, Herman E.. Desenvolvimento sustentável: definições, princípios, políticas. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 18, n. 2, p. 171-184, jul./dez. 2002.

DESENVOLVIMENTO. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa . Porto: Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desenvolvimento%20/>. Acesso em: 25/11/2021.

FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 12, p. 105-117, 2001.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 418 p. Tradução de Maria Teresa Machado.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NUNES, Letícia Soares; NÉLSIS, Camila Magalhães. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Katál.**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro S.A., [1974]. 122 p.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 71, p. 5-10, fev. 1997. Trimestral.

LÉLÉ, Sharachchandra M.. Sustainable development: a critical review. **World Development**, Grã-Bretanha, v. 19, n. 6, p. 607-621, fev. 1991.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno Crh**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79-86, jan./abr. 2013.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Unicamp, 2015. 642 p.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1985. 136 p.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. 175 p.

MARX, Karl. **O Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 894 p.

MÉSZÁROS, István. **The Challenge of Sustainable Development and the Culture of Substantive Equality**. 2001. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2001/12/01/the-challenge-of-sustainable-development-and-the-culture-of-substantive-equality/>. Acesso em: 18 dez. 2021.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**. 1999. 255 f. Tese (Doutorado) - Curso de Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

MOTA, Ana Elizabete; SILVA, Maria das Graças e. A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 37-50, jul-dez. 2009.

NATUREZA. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa . Porto: Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/natureza/> . Acesso em: 08/10/2021.

PINTO, João Batista Moreira; FREITAS, Fernando Rodrigues. Ambiguidades e contradições do desenvolvimento sustentável. In: João Batista Moreira Pinto (Org.). **Da insustentabilidade do desenvolvimento sustentável à sustentabilidade com desenvolvimento**. 2. ed. Belo Horizonte: Instituto Dh, 2017. Cap. 3. p. 58-81.

PINTO, João Batista Moreira; PORTO, Lucas Magno Oliveira. Perspectiva sócio-histórica da questão ambiental: elementos econômicos, epistemológicos e políticos. In: PINTO, João Batista Moreira (Org.). **Da insustentabilidade do desenvolvimento sustentável à sustentabilidade com desenvolvimento**. 2. ed. Belo Horizonte: Instituto Dh, 2017. Cap. 1. p. 10-30.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 7-161.

SCHEEFFER, Fernando. **Desenvolvimento sustentável e modernidade**: uma incompatibilidade anunciada. Disponível em: <https://silo.tips/download/desenvolvimento-sustentavel-e-modernidade-uma-incompatibilidade-anunciada>. Acesso em: 28 nov. 2021.

SMITH, Neil; O'KEEFE, Phil. Geography, Marx and the Concept of Nature. **Antipode**, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 30-39, set. 1980. Wiley.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8330.1980.tb00647.x>.

SUSTENTABILIDADE. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa . Porto: Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sustentabilidade/> . Acesso em: 26/11/2021.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos Ebape.Br**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 569-583, set. 2012.